



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento
Urbano – SEDHAB
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal

43 improvisação. Por fim, pediu que o Secretário encaminhasse ofício ao Governador, solicitando o
44 envolvimento da sociedade e a promoção de audiência pública sobre a Copa. O senhor Geraldo Magela
45 disse querer submeter a sugestão do conselheiro à apreciação do conselho ao final da reunião. O
46 conselheiro Élson Póvoa questionou sobre a iluminação dos monumentos históricos. Na oportunidade,
47 ressaltou a questão do tempo, pois, desde 1999, os recursos para as obras do VLT e a DF-047
48 encontravam-se disponibilizados. Também questionou se estavam sendo utilizados os recursos
49 disponibilizados pelo presidente Lula para a realização de obras nas cidades-sede da Copa. O
50 conselheiro ainda citou os graves problemas estruturais existentes em diversos viadutos e, em
51 especial, na Rodoviária de Brasília. O presidente pediu que os órgãos de Governo com assento no
52 conselho respondessem àquilo que lhes coubesse. O conselheiro Benny Schvartsberg, representante da
53 Universidade de Brasília, falou sobre a implantação da escala gregária, sendo a única escala não
54 constituída a partir do projeto de Lúcio Costa. O conselheiro disse que o principal legado que a Copa
55 poderia deixar para Brasília seria ajudar a constituir a citada escala, bem como sugeriu que fosse
56 organizado um concurso de ideias visando à requalificação da área central da cidade na forma de uma
57 operação urbana consorciada. Disse, também, que se poderia aproveitar o momento para implementar
58 o projeto, aprovado há alguns anos, de revitalização da W3 Sul, na forma de operação urbana
59 consorciada ou operação urbana interligada. Fazendo menção aos estádios do Gama e de Criciúma, em
60 Santa Catarina, o senhor Benny defendeu que seria interessante aproveitar o exemplo desses espaços
61 para implantar, no entorno do estádio, equipamentos públicos visando a oportunidades de esporte e
62 lazer para utilização da população, ao invés de se implantar o enorme estacionamento previsto para
63 aquele local. O conselheiro Adalberto Cleber Valadão, representante da sociedade civil, colocou a
64 necessidade de se escutar mais as entidades de classe, representantes da sociedade, na organização da
65 Copa. Também falou que uma obra como essa, que iria consumir muitos recursos, precisava deixar um
66 legado à sociedade. O conselheiro detalhou a questão levantada pelo senhor Élson acerca das
67 estruturas no centro de Brasília que estariam com sérios problemas decorrentes da falta de
68 manutenção, dada a inexistência, no País, de uma cultura de conservação. Foi dito que diversos
69 estudos, inclusive um feito pela UnB, constataram que todos os locais analisados precisariam de
70 intervenção, pois haveria, até mesmo, risco de ruínas. Quanto à rodoviária, ressaltou-se que, embora
71 tenham sido feitas reformas em dois terços da rodoviária, ela ainda correria risco de ir à ruína. Sobre a
72 mobilidade, o conselheiro Valadão parabenizou o trabalho apresentado e lembrou a aprovação do EIV
73 do SGCV e SMAS, que definira várias intervenções de mobilidade as quais influiriam na Copa devido às
74 construções de apart-hotéis naquela região. Ao final, o conselheiro destacou a necessidade da
75 construção do viaduto previsto no referido EIV, pois as demais obras não seriam aproveitadas sem que
76 fosse feito o mencionado viaduto. A conselheira Lúcia Helena de Carvalho, representante da sociedade
77 civil, parabenizou os projetos pela visão dada à questão de acessibilidade e perguntou se já fora criado
78 o Comitê da Copa bem como quem dele faria parte. Na oportunidade, lembrou que o Clube do Servidor
79 encontrava-se abandonado e poderia ser recuperado e utilizado como ponto de recepção das equipes
80 esportivas que viriam a Brasília para a Copa, assim como outros espaços do mesmo gênero. O
81 conselheiro Hamilton Pereira da Silva, representante Titular da Secretaria de Estado de Cultura,
82 registrou sua opinião acerca da importância da discussão e aderiu ao pedido de oficialização da
83 participação da sociedade na organização do evento. Ressaltou que não se poderia pensar que todos os
84 problemas de infraestrutura da cidade fossem ser resolvidos com as obras para o campeonato de
85 futebol. Ainda em sua fala, o conselheiro perguntou se o Teatro Nacional, cuja última reforma ocorrera
86 há 12 anos, seria contemplado pelas obras de revitalização previstas para o evento e concluiu



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento
Urbano – SEDHAB
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal

87 apresentando a preocupação que deveria existir a fim de dar respostas rápidas acerca da definição do
88 papel da sociedade na obras da Copa. O conselheiro Luís Antônio Almeida Reis, representante da
89 TERRACAP, lembrou que as obras deveriam estar prontas dentro de doze meses e que se parecia estar
90 cuidando apenas do estádio, ao passo que se esquecia dos demais espaços abarcados pelo evento.
91 Ademais, destacou quão negativo era o fato de Brasília não ser aberta ao recebimento de pessoas de
92 outros países para troca de experiências e debate dos assuntos da cidade. A conselheira Vânia
93 Aparecida Coelho, representante da sociedade civil, perguntou se o estádio estaria preparado para ser
94 utilizado após a Copa, ao que citou a existência de tecnologia para cobrir o campo a fim de que o
95 espaço fosse utilizado para outras atividades, falando, ainda, sobre a implantação de opções de
96 alimentação e venda de artesanatos na área externa do estádio. A conselheira questionou se haveria
97 projetos de construção de banheiros públicos, bem como projetos para a melhoria do acesso das
98 regiões administrativas a Brasília. Por fim, perguntou sobre a integração das vilas olímpicas e a
99 possibilidade de utilizá-las para abrigar crianças que viviam nas ruas. A conselheira Ivelise Loghi
100 Pereira da Silva, representante da CODEPLAN, levantou a necessidade de que os órgãos da
101 Administração Pública trabalhassem em conjunto e questionou como esse evento poderia ser utilizado
102 para melhorar a qualidade de vida da cidade. Destacou que Brasília não estaria preparada para
103 receber turistas. O conselheiro Paulo Henrique Paranhos, representante do Instituto de Arquitetos do
104 Brasil, reiterou a necessidade da presença do Governador nessa discussão e pediu o apoio do
105 presidente para que o assunto fosse debatido junto ao Governador. O conselheiro Antônio José
106 Ferreira, representante da sociedade civil, colocou que a palavra “negro” havia sido utilizada, por duas
107 vezes, naquela reunião, com conotação negativa, o que era mostra de racismo, o qual ele gostaria de
108 eliminar. Além disso, ressaltou que o contrato das obras do estádio não fora auditado quando o atual
109 Governo assumira a gestão de Brasília. Apoiou a colocação do conselheiro Benny sobre a necessidade
110 de constituição da escala gregária e ressaltou a pequena ocupação das torcidas nos grandes estádios.
111 Por fim, o conselheiro endossou que o Governador deveria estar presente e que era preciso discutir
112 mais as intervenções públicas, pois o dinheiro utilizado era público. O conselheiro Danilo Pereira
113 Aucélio, representante da Secretaria de Estado de Obras, disse que o Governo poderia estar um pouco
114 desarticulado, mas estava trabalhando muito, sendo, talvez, o caso de não estar sendo divulgado tudo o
115 que vinha sendo feito. Com relação à DF-047, informou que o edital estava previsto para junho. Já com
116 relação à Rodoviária de Brasília, foi informado que o projeto estava quase pronto e o conselheiro se
117 comprometeu a verificar os pontos apresentados pelos demais conselheiros. Sobre os viadutos, o
118 senhor Danilo informou que os editais para as obras estavam em andamento. Acerca da iluminação
119 dos monumentos, foi dito que seria utilizada a iluminação de plasma da LG e esta já se encontrava em
120 fase final, mas, devido a um acidente em Singapura, ela havia sido suspensa. Quanto às vilas olímpicas,
121 elas seriam implantadas nas áreas carentes e estariam em fase de conclusão. Foi dito, ainda, que seria
122 anunciado o PAC Mobilidade para o Distrito Federal em breve. O conselheiro Magela questionou a
123 utilização dos R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) disponibilizados pelo Governo
124 Federal, sobre o que o senhor Danilo disse não ter informações. O conselheiro Valadão informou a
125 existência de convênio com a TERRACAP para as obras nos viadutos, sendo que a Rodoviária e seis
126 viadutos já possuíam projetos aos quais poderia ser dado andamento. A conselheira Fernanda Rayol
127 do Nascimento, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, disse que, no
128 final do ano passado, fora criada uma comissão a fim de elaborar o plano de gerenciamento e utilização
129 do Lago Paranoá, a qual constituiu um trabalho extenso. Sobre isso, ressaltou que não havia sido
130 apresentada nenhuma ligação da implantação do referido estudo com as obras citadas. O conselheiro



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento
Urbano – SEDHAB
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal

131 Paulo Henrique disse ser importante distinguir o que seria legado da Copa e o que faria parte de uma
132 rotina da Administração. Ressaltou, ainda, que a Secretaria de Obras não estava atuando apenas como
133 uma secretaria de execução e que era preferível que a contribuição de planejamento fosse resolvida na
134 SEDHAB e não na Secretaria de Obras. O conselheiro Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago,
135 representante da Secretaria de Estado de Governo, explicou que o Comitê da Copa fora criado, sendo
136 presidido pelo Governador e tendo o Chefe de Gabinete respondendo pela Secretaria Executiva do
137 Comitê. Informou que várias obras estavam sendo realizadas e citou dois projetos sob o comando da
138 Secretaria de Governo – o Centro de Gestão Integrada e os estacionamentos subterrâneos. A
139 conselheira Lúcia Helena questionou a regularidade das reuniões do Comitê, bem assim quem seriam
140 seus integrantes. Sobre essa questão, o conselheiro Gustavo disse que o Comitê era composto pelo
141 Governador, pelo Chefe de Gabinete e por sete membros nomeados, os quais não eram secretários. A
142 senhora Moema comentou acerca da iluminação, que se encontrava sob a responsabilidade da CEB, e
143 disse, ainda, que a utilização do estádio pós-Copa estava sendo planejada, embora não possuísse
144 detalhes sobre o assunto. Ressaltou que a parceria com a AGEFIS era muito importante e que já haviam
145 sido dadas sugestões a fim de evitar conflitos à medida que as obras fossem avançando. Em relação ao
146 aproveitamento de espaços, informou que vários clubes estavam sendo visitados, mas ela não possuía
147 mais informações, além do que o assunto dependia do crivo final da FIFA. Foi dito que estavam sendo
148 feitos estudos para implantação dos banheiros públicos, os quais eram, inclusive, uma exigência da
149 FIFA, e que também havia previsão de utilização do estádio após a Copa. A senhora Moema
150 comprometeu-se a verificar a possibilidade de discussão junto ao Governo do plano de gerenciamento
151 do Lago. O conselheiro Magela informou que os R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais),
152 sobre os quais fora falado anteriormente, foram disponibilizados pelo Governo Federal sob a forma de
153 empréstimo do BNDES, ao passo que o Governo do Distrito Federal decidira efetuar empréstimos
154 diretos. Portanto, o Distrito Federal não possuía recursos federais para as obras da Copa, a não ser
155 aqueles que adviriam do PAC Mobilidade. O conselheiro Danilo informou a existência de um PAC Copa,
156 que envolveria a DF-047 e o VLT. O presidente do conselho declarou sua preocupação acerca do
157 financiamento das obras, sendo que a quadra 901 Norte estava sendo pensada como forma de
158 financiamento do estádio, mas, até o momento, o pagamento da referida obra estava sendo feito com
159 recursos do orçamento do Distrito Federal. Sobre a participação da sociedade, o presidente disse que,
160 em havendo consenso, poder-se-ia fazer um pedido ao Governador, assim como ele levaria também o
161 pedido de reunião com o Governador para tratar tanto dos condomínios horizontais como da Copa. O
162 senhor Magela apresentou, ainda, crítica à forma de condução do planejamento urbano, haja vista que
163 todos os órgãos, os quais contariam com arquitetos e urbanistas em seu quadro de pessoal, estavam
164 fazendo planejamento, o que deveria ser feito por um único órgão. Ademais, informou que, na próxima
165 reunião, seria feito um debate sobre a quadra 901 Norte, quando ele gostaria de receber críticas dos
166 conselheiros com sugestões de mudanças. A conselheira Ivelise colocou-se à disposição para apoiar o
167 órgão central de planejamento, ressaltando a importância de que os demais órgãos fizessem suas
168 proposições, desde que dentro dos parâmetros emanados do projeto maior do órgão do planejamento.
169 Sobre a AGEFIS, a conselheira explicou que a Diretoria de Planejamento visava à conscientização da
170 comunidade, com a intenção de acompanhar os projetos em andamento para que não houvesse
171 problemas quando da liberação da obra. O conselheiro Dalmo Rebello Silveira, representante da
172 Secretaria de Estado de Transportes, explicou que o espaço da referida quadra seria, na verdade,
173 espaço das quadras 900 e 901, havendo, até mesmo, previsão de uma pista passando por entre as duas
174 quadras. O conselheiro falou também sobre a linha verde que liga Ceilândia a Brasília, a qual se



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento
Urbano – SEDHAB
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal

175 encontrava apenas parcialmente implantada, bem assim da existência de projeto da TERRACAP para
176 ligar o Noroeste ao Sudoeste, não havendo, ainda, definição do local em que seria instalado o Terminal
177 Norte e, tão pouco, qual tipo de transporte a ser instalado no Eixo Monumental – metrô, VLP ou VLT. O
178 conselheiro Paulo Henrique disse que o IAB estaria pronto para discutir a questão da quadra 901
179 Norte e que estavam sendo planejados seminários cujo tema seria “A Brasília que queremos”. O
180 conselheiro Magela ressaltou a importância em se diferenciar o debate da quadra 901 e o debate das
181 diretrizes que seriam encaminhadas à Câmara Legislativa do Distrito Federal, sendo possível realizar
182 uma discussão com o IAB antes da realização da audiência pública do Plano de Conservação do
183 Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Por fim, o conselheiro lembrou ao senhor Dalmo que o
184 projeto da pista de ligação entre a 900 e a 901 Norte seria subterrânea (túnel). Não havendo outras
185 considerações, o Presidente do conselho encerrou a reunião.

GERALDO MAGELA PEREIRA

Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano

RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA

Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano

MOISÉS JOSÉ MARQUES

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e
Abastecimento

FERNANDA RAYOL DO NASCIMENTO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Econômico

HAMILTON PEREIRA DA SILVA

Secretaria de Estado de Cultura

DANILO PEREIRA AUCÉLIO

Secretaria de Estado de Obras

MARCELLO DOS SANTOS L. VIEIRA

Secretaria de Estado de Fazenda

EMÍLIO RIBEIRO

Procuradoria Geral do Distrito Federal



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento
Urbano – SEDHAB
Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal

DALMO REBELLO SILVEIRA
Secretaria de Estado de Transportes

PAULO HENRIQUE PARANHOS
Instituto de Arquitetos do Brasil

GUSTAVO PONCE DE LEON S. LAGO
Secretaria de Estado de Governo

IVELISE LOGHI PEREIRA DA SILVA
CODEPLAN

LUÍS ANTÔNIO ALMEIDA REIS
TERRACAP

BENNY SCHVARBERG
Universidade de Brasília

FRANCISCO MACHADO DA SILVA
CREA/DF

VÂNIA APARECIDA COELHO
Representante da Sociedade Civil

ELSON RIBEIRO E PÓVOA
Representante da Sociedade Civil

ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA
Representante da Sociedade Civil

ADALBERTO CLEBER VALADÃO
Representante da Sociedade Civil

ADALTO ELIAS SERRA
Representante da Sociedade Civil

GILMA RODRIGUES FERREIRA
Representante da Sociedade Civil

LÚCIA HELENA DE CARVALHO
Representante da Sociedade Civil